SIMULADÃO PRESENCIAL EP

GUARDA MUNICIPAL



CONFIRA RESULTADO ATÉ 12/11

PREFEITURA DE TAMANDARÉ-PE

APOIO:

Prefeito Carrapicho
Vice prefeito Irmão Valdi

Vereador Nino Oliveira
O amigo de sempre

LEGISLAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

QUESTÃO 1 EP INÉDITA 2026

Uma guarnição da Guarda Municipal de Tamandaré realiza patrulhamento ostensivo na orla durante a alta estação e depara-se com um tumulto generalizado em torno de uma apresentação artística não autorizada. Alguns indivíduos passam a arremessar garrafas plásticas e objetos contra os agentes de segurança pública. O comandante da equipe determina que o efetivo avance com escudos de proteção, ordene verbalmente a dispersão e utilize exclusivamente munições de elastômero e gás de pimenta a distância segura para conter os agressores ativos, evitando lesões desnecessárias aos demais espectadores presentes.

Considerando as disposições da Lei Federal nº 13.022/2014 quanto ao uso da força e atuação profissional, avalie as assertivas a seguir:

I. O uso progressivo e proporcional da força é um princípio mínimo de atuação das guardas municipais.
II. A preservação da vida, a redução do sofrimento e a diminuição das perdas orientam a intervenção operacional da guarda municipal.
III. O patrulhamento preventivo é a matriz primordial da corporação, voltado à evolução social da comunidade.
IV. Em situações de tumulto urbano, a corporação municipal atua subordinada administrativamente e disciplinarmente ao comando local do Exército Brasileiro.

Estão corretas apenas as assertivas:

A) I e IV.
B) I, II e III.
C) II, III e IV.
D) I e III.
E) II e IV.

QUESTÃO 2 EP INÉDITA 2026

Durante a elaboração do plano de integração do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) no Litoral Sul de Pernambuco, a Secretaria Municipal de Segurança de Tamandaré busca alinhar suas diretrizes de monitoramento, policiamento comunitário e despacho de viaturas às forças policiais estaduais e federais.

Com base na Lei Federal nº 13.675/2018 (SUSP), analise se as afirmativas são Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

( ) As Guardas Municipais figuram como órgãos operacionais integrantes do SUSP.
( ) O SUSP estabelece como diretriz a atuação integrada, coordenada e sistêmica entre os entes federativos.
( ) O planejamento integrado veda o intercâmbio de dados cadastrais e estatísticos entre municípios e o estado.
( ) O atendimento prioritário e qualificado à mulher em situação de violência é uma diretriz explícita do SUSP.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

A) V – V – F – V.
B) V – F – V – F.
C) F – V – F – V.
D) V – V – V – F.
E) F – F – V – V.

QUESTÃO 3 EP INÉDITA 2026

Em fiscalização preventiva nas imediações do terminal rodoviário de Tamandaré, guardas municipais abordam um veículo particular e encontram no assoalho do passageiro um revólver calibre .38, de uso permitido, municiado com seis cartuchos intactos. O condutor apresenta o Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF) válido expedido pela Polícia Federal/Sinarm em seu nome, declarando que adquiriu a arma legalmente e que a transportava para sua segurança pessoal, admitindo não possuir autorização de porte de arma de fogo expedida pela autoridade policial competente.

Considerando a Lei nº 10.826/2003 e a jurisprudência dominante das Cortes Superiores sobre a posse e o porte de arma de fogo, a conduta descrita caracteriza:

A) Fato atípico, uma vez que o registro formal no Sinarm permite o transporte intramunicipal em veículos automotores.
B) Crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, pois o CRAF restringe a guarda da arma ao domicílio ou ao local de trabalho do titular.
C) Crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido, insuscetível de lavratura de flagrante delito.
D) Mera infração administrativa de trânsito regulada pelo Contran, punível apenas com retenção do artefato.
E) Contravenção penal de menor potencial ofensivo que impede a apreensão cautelar do revólver.

QUESTÃO 4 EP INÉDITA 2026

Uma patrulha escolar da Guarda Municipal de Tamandaré, no exercício de suas rondas preventivas no entorno de um colégio municipal, visualiza um homem de 22 anos entregando gratuitamente a dois adolescentes de 16 anos alguns invólucros plásticos contendo comprimidos sintéticos de ecstasy, incentivando-os a experimentar a substância antes de ingressarem no estabelecimento de ensino. A guarnição realiza a abordagem e dá voz de prisão em flagrante ao indivíduo.

De acordo com a Lei Federal nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), analise as proposições a seguir:

I. A conduta de fornecer droga, ainda que gratuitamente, consuma o crime de tráfico de drogas previsto no art. 33, *caput*.
II. O fato de o delito ter sido praticado nas imediações de estabelecimento de ensino constitui causa de aumento de pena obrigatória expressa em lei.
III. A menoridade das pessoas a quem a droga foi destinada obsta a aplicação do crime de tráfico, subsistindo apenas corrupção de menores.
IV. A apreensão prévia com laudo de constatação preliminar firmado por perito ou pessoa idônea basta para firmar a materialidade na prisão em flagrante.

Estão corretas apenas as assertivas:

A) I e III.
B) II e III.
C) I, II e IV.
D) III e IV.
E) II e IV.

QUESTÃO 5 EP INÉDITA 2026

Em uma ação noturna coordenada, indivíduos armados utilizam dinamite de emulsão e artefatos pirotécnicos para destruir a sala de cofres de uma agência bancária em Tamandaré, espalhando estilhaços na via pública e danificando imóveis vizinhos, subtraindo numerário ali custodiado.

À luz da Lei Federal nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos) com as alterações promovidas pelo Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019), essa conduta:

A) Constitui crime hediondo, por se tratar de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
B) É tratada como crime patrimonial comum não hediondo, aplicando-se fiança arbitrável em sede policial.
C) Caracteriza delito de dano simples contra entidade financeira, sendo insuscetível de pena privativa de liberdade.
D) É classificada como infração afiançável que admite graça e anistia parlamentar ampla.
E) Submete-se ao rito das contravenções de perigo à incolumidade pública municipal.

QUESTÃO 6 EP INÉDITA 2026

No desempenho cotidiano do ordenamento urbano, a Guarda Municipal de Tamandaré recebe denúncias de que veículos estão sendo estacionados de forma irregular sobre a vegetação de restinga e calçadões na orla, obstruindo o fluxo de pedestres e degradando a faixa de praia. A corporação pretende autuar as infrações e coordenar a sinalização local.

Conforme expressamente estabelecido pelo art. 5º da Lei Federal nº 13.022/2014, a competência da guarda municipal para fiscalização de trânsito:

A) Pode ser exercida nas vias e logradouros municipais nos termos do CTB ou de forma concorrente mediante convênio com órgão de trânsito estadual ou municipal.
B) É terminantemente proibida, cabendo com exclusividade às polícias militares estaduais.
C) Restringe-se unicamente ao interior de prédios públicos municipais e pátios fechados da prefeitura.
D) Fica condicionada à presença física de um oficial da ativa do Exército Brasileiro no local da autuação.
E) Depende de expressa e prévia homologação pelo Juizado Especial Criminal da comarca.

QUESTÃO 7 EP INÉDITA 2026

Um guarda municipal de Tamandaré, durante o intervalo de sua escala de patrulhamento no centro histórico, depara-se com um indivíduo que, após discussão fútil com transeuntes, saca um revólver de calibre permitido e desfere dois tiros para o alto em plena via movimentada, sem mirar em ninguém e sem intenção de cometer outro delito específico. O guarda intervém, domina o atirador e apreende o armamento.

Diante da Lei Federal nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), a conduta do abordado amolda-se formalmente ao:

A) Crime de disparo de arma de fogo (art. 15), por ter disparado arma em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela.
B) Delito de perturbação do sossego com causa de extinção de punibilidade pelo recolhimento das cápsulas.
C) Fato atípico na esfera criminal, remanescendo apenas dever de indenizar a prefeitura pelos danos sonoros.
D) Crime de porte ilegal culposo de arma de fogo majorado pelo ambiente litorâneo.
E) Crime de tentativa de homicídio qualificado pela traição com dolo eventual contra a vizinhança.

QUESTÃO 8 EP INÉDITA 2026

Ao investigar denúncias de armazenamento de entorpecentes em um quiosque desativado na faixa de praia, guardas municipais abordam um indivíduo flagrado com 500 gramas de cocaína prensada. Restou comprovado nos autos da ação penal que o réu é primário, possui bons antecedentes, não integra organização criminosa nem faz do crime sua ocupação principal habitual.

Conforme a disciplina do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006 (tráfico privilegiado), o magistrado sentenciante:

A) É obrigado a converter a infração em crime culposo e aplicar perdão tácito.
B) Poderá reduzir a pena privativa de liberdade de um sexto a dois terços, atendidos os requisitos cumulativos da lei.
C) Fica impedido de conceder qualquer redução de pena em razão da hediondez abstrata e indelével do delito.
D) Deve determinar a internação compulsória do acusado em clínica terapêutica particular.
E) Declarará extinta a punibilidade caso o agente comprove residência fixa no município de Tamandaré.

QUESTÃO 9 EP INÉDITA 2026

Um munícipe formula representação formal alegando ter sofrido abuso verbal e desvio funcional durante uma abordagem efetuada por guardas civis municipais na Praça da Matriz. A administração local instaura procedimento apuratório interno.

Em relação aos órgãos de controle previstos no art. 13 da Lei Federal nº 13.022/2014, analise as afirmativas a seguir:

I. O controle interno é exercido pela Corregedoria nas guardas municipais com efetivo superior a 50 servidores e em todas as que utilizam arma de fogo.
II. A Ouvidoria exerce o controle externo para receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões e elogios da sociedade.
III. O corregedor da guarda municipal deve ser obrigatoriamente um delegado de polícia de carreira nomeado pelo governador.
IV. Os cargos em comissão da guarda municipal devem ser providos preferencialmente por membros efetivos do próprio quadro de carreira.

Estão corretas apenas as afirmativas:

A) I, II e IV.
B) II e III.
C) III e IV.
D) I e III.
E) I e IV.

QUESTÃO 10 EP INÉDITA 2026

A execução penal dos condenados por crimes hediondos e equiparados tem gerado constante análise hermenêutica pelas Cortes Superiores brasileiras quanto ao princípio constitucional da individualização da pena.

Em relação ao regime inicial de cumprimento de pena nos crimes da Lei nº 8.072/1990, assinale a opção correta à luz do STF:

A) O regime prisional deve ser integralmente fechado durante todo o tempo de cumprimento da reprimenda corporal.
B) O STF fixou a inconstitucionalidade da obrigatoriedade do regime inicial fechado abstrato, devendo o juiz sentenciante individualizar o regime inicial conforme os critérios do Código Penal e o caso concreto.
C) Não se admite progressão de regime para condenados por crimes hediondos sob nenhuma fração temporal.
D) A anistia e o indulto presidencial coletivo são permitidos de forma ampla aos sentenciados por tortura e tráfico.
E) O regime inicial aberto é obrigatório para réus primários em crimes hediondos sem resultado morte.

QUESTÃO 11 EP INÉDITA 2026

A governança da segurança pública instituída pela Lei Federal nº 13.675/2018 consagra a interoperabilidade de dados como pilar do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Drogas e de Pessoas Desaparecidas (Sinesp).

Constitui diretriz expressa do Sinesp:

A) Centralizar os dados operacionais em arquivos manuais mantidos em delegacias de polícia de fronteira.
B) Padronizar a coleta, a integração, o tratamento e a ampla disseminação de informações de segurança pública entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
C) Exigir cobrança pecuniária mensal dos municípios litorâneos conveniados aos bancos de mandados de prisão.
D) Ocultar as estatísticas criminais dos conselhos comunitários e pesquisadores acadêmicos.
E) Substituir os sistemas próprios das polícias científicas por banco de dados mantido pela Agência Nacional de Transportes.

QUESTÃO 12 EP INÉDITA 2026

O art. 19 da Lei Federal nº 13.022/2014 estabelece critérios uniformes para a apresentação institucional, equipamentos e símbolos das guardas municipais.

Sobre a caracterização e uniformes da Guarda Municipal de Tamandaré, o diploma legal determina que:

A) A corporação adotará patentes militares idênticas às das Forças Armadas, tais como tenente, capitão e coronel.
B) As guardas municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, preferencialmente na cor azul-marinho, sendo-lhes expressamente vedada a utilização de denominações idênticas às das forças militares, quanto aos postos, graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações.
C) Fica terminantemente vedada a utilização de viaturas padronizadas com sinalizadores visuais e acústicos.
D) Os agentes devem utilizar compulsoriamente uniforme camuflado no padrão do Exército Brasileiro em todas as escalas.
E) O porte de arma de fogo é proibido em qualquer circunstância fora do perímetro de edifícios administrativos da prefeitura.



QUESTÃO 13 EP INÉDITA 2026

Um agente de trânsito e segurança municipal de Tamandaré, movido por rancor decorrente de desavença pessoal preexistente com o condutor de uma van turística regularizada, determina a apreensão sumária e o reboque do veículo, inventando infrações inexistentes para prejudicar financeiramente seu desafeto.
À luz da Lei Federal nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), para que essa conduta se configure formal e materialmente como crime de abuso de autoridade, é indispensável demonstrar que:

A) O agente atuou com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
B) A conduta gerou dano patrimonial líquido superior a cem salários mínimos à empresa proprietária do veículo.
C) O fato ocorreu na presença de pelo menos três testemunhas fardadas que confirmaram o excesso verbal.
D) A vítima sofreu lesão corporal grave decorrente do ato de retenção forçada do veículo.
E) Houve divergência puramente hermenêutica e razoável na interpretação dos artigos do Código de Trânsito Brasileiro.

QUESTÃO 14 EP INÉDITA 2026

Durante o atendimento a uma solicitação de socorro de violência doméstica no centro urbano de Tamandaré, a vítima informa aos guardas municipais que seu cônjuge, em meio a agressões verbais, quebrou seu telefone celular de trabalho, trancou em um cofre sua carteira de trabalho, cartões bancários e certidão de nascimento, além de ameaçá-la caso ela tentasse sacar seus proventos salariais.
Conforme o art. 7º da Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), as condutas de destruição de instrumentos laborais, retenção de documentos e privação de recursos econômicos caracterizam:

A) Violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos.
B) Violência moral simples consubstanciada na prática de calúnia e difamação perante familiares.
C) Conflito cível patrimonial de família que não comporta a aplicação de medidas protetivas urgentes.
D) Violência física presumida em virtude do impacto mecânico sobre bens de utilidade diária.
E) Mero desacordo comercial decorrente da administração das finanças do casal.

QUESTÃO 15 EP INÉDITA 2026

Em um galpão abandonado, dois servidores públicos submetem um indivíduo custodiado a intenso sofrimento físico mediante aplicação de choques elétricos e agressões mecânicas para fazê-lo confessar onde ocultou mercadorias furtadas. Um terceiro servidor que presenciava a cena, embora obrigado por seus deveres funcionais a fazer cessar as agressões e prender os agressores em flagrante, cruza os braços e abstém-se dolosamente de intervir.
Nos termos da Lei Federal nº 9.455/1997 (Lei de Tortura):

A) Apenas os executores físicos das violências praticam crime; a conduta do agente inerte é atípica na esfera penal.
B) Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena autônoma de detenção de 1 a 4 anos.
C) O agente inerte responderá compulsoriamente pelas mesmas penas de reclusão dos autores materiais.
D) O crime de tortura é descaracterizado caso a confissão obtida resulte na recuperação dos objetos.
E) O servidor omisso sofrerá unicamente sanção de advertência verbal perante o conselho de ética.

QUESTÃO 16 EP INÉDITA 2026

Durante patrulhamento preventivo em uma festa tradicional na orla de Tamandaré, guardas municipais flagram o responsável por uma barraca vendendo e servindo ativamente doses de cachaça a dois adolescentes de 14 e 15 anos de idade.
À luz do art. 243 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), essa conduta de vender, fornecer, servir ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente configura:

A) Infração puramente administrativa cominada com censura lavrada pelo Conselho Tutelar.
B) Contravenção penal de menor potencial ofensivo sujeita à pena de prisão simples de até 15 dias.
C) Ilícito cível tutelado na Vara da Infância e Juventude para ressarcimento de danos coletivos.
D) Crime apenado com detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constituir crime mais grave.
E) Crime hediondo inafiançável apenado com reclusão de 8 a 15 anos em estabelecimento penal federal.

QUESTÃO 17 EP INÉDITA 2026

Um trabalhador devidamente habilitado e experiente concorre a uma vaga de recepcionista em um grande resort em Tamandaré e tem sua contratação formalmente recusada pelo diretor de seleção sob a declaração documentada de que "a empresa possui como norma interna não contratar candidatos negros para funções de atendimento direto ao público internacional".
Diante da Lei Federal nº 7.716/1989 e da Constituição Federal de 1988:

A) O ato configura mero dissídio trabalhista individual a ser dirimido exclusivamente na Justiça do Trabalho.
B) A conduta caracteriza crime tipificado na Lei nº 7.716/1989, cuja ação penal é pública incondicionada, tratando-se de delito inafiançável e imprescritível perante a Constituição Federal.
C) A persecução penal para crimes de preconceito racial depende de queixa-crime ajuizada pelo ofendido no prazo de 30 dias.
D) A consumação do crime racial exige a concorrência simultânea de agressão física dolosa com lesões.
E) A pretensão punitiva do Estado para os crimes da referida lei prescreve no prazo ordinário de dois anos.

QUESTÃO 18 EP INÉDITA 2026

O art. 4º da Lei Federal nº 13.869/2019 estabelece os efeitos da condenação judicial por crimes de abuso de autoridade.
No que tange à decretação da perda do cargo, mandato ou função pública e à inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo de 1 a 5 anos, o diploma legal determina que:

A) São consequências imediatas e automáticas de qualquer sentença penal condenatória recorrível.
B) Podem ser decretadas liminarmente na fase do inquérito policial pela autoridade policial judiciária.
C) São condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença pelo magistrado.
D) Aplicam-se privativamente a governadores de estado e parlamentares no exercício do mandato.
E) Incidem compulsoriamente sobre réus primários como primeira sanção disciplinar retributiva.

QUESTÃO 19 EP INÉDITA 2026

Diante de reiteradas ameaças e agressões físicas perpetradas por um agressor contra sua ex-esposa no município de Tamandaré, o magistrado competente é instado a emitir tutela imediata com esteio na Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).
Dentre as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor e que podem ser deferidas pelo juiz, inclui-se:

A) A suspensão dos direitos políticos do agressor e apreensão de seu título eleitoral por dez anos.
B) A suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, e o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
C) A decretação de confisco integral e reversão do patrimônio do agressor ao Fundo Penitenciário Nacional.
D) A internação psiquiátrica compulsória sem laudo pericial oficial em estabelecimento militar.
E) A cominação substitutiva de entrega mensal de cestas básicas para creches comunitárias.

QUESTÃO 20 EP INÉDITA 2026

Conforme expressamente estabelecido pelo art. 1º, § 5º, da Lei Federal nº 9.455/1997 (Lei de Tortura), a condenação definitiva de agente público pela prática de qualquer uma das figuras típicas de tortura acarretará, como efeito obrigatório e secundário da decisão condenatória:

A) A redução de cinquenta por cento dos proventos funcionais pelo período de cento e vinte dias de afastamento.
B) A remoção compulsória do agente público para destacamento localizado no semiárido estadual.
C) A concessão compulsória de licença remunerada de saúde com proibição temporária de porte funcional de arma.
D) A perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
E) A obrigação funcional de ministrar palestras sobre cidadania nos destacamentos da polícia militar.

QUESTÃO 21 EP INÉDITA 2026

Nos termos do art. 230 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou sem ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, sujeita o agente público à sanção penal de:

A) Detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.
B) Reclusão de 4 a 8 anos em estabelecimento penitenciário de segurança máxima.
C) Multa administrativa simples recolhida em favor do conselho tutelar do município.
D) Censura pública com suspensão de porte de arma pelo prazo de 30 dias.
E) Prisão simples de dez a quarenta dias a ser cumprida nos dias de folga do servidor.

QUESTÃO 22 EP INÉDITA 2026

A Lei Federal nº 7.716/1989 estabelece sanções de reclusão para condutas que visem a impedir o acesso ou a recusar o atendimento de cidadãos em estabelecimentos comerciais abertos ao público em virtude de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
O ato de recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau, por motivo de discriminação racial (art. 6º da referida lei), sujeita o infrator à pena de:

A) Reclusão de 3 (três) a 5 (cinco) anos.
B) Detenção de 6 meses a 1 ano com suspensão temporária do alvará escolar.
C) Advertência por escrito emitida pelo Conselho Estadual de Educação.
D) Multa pecuniária equivalente a dez mensalidades do estabelecimento privado.
E) Prestação compulsória de serviços sociais em bibliotecas públicas municipais.

QUESTÃO 23 EP INÉDITA 2026

Segundo a Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), é crime punido com pena de detenção de 1 a 4 anos e multa cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h (vinte e uma horas) ou antes das 5h (cinco horas). Incorre na mesma pena a autoridade que:

A) Toma depoimento de testemunha em sede policial durante o expediente ordinário da repartição.
B) Indefere de forma fundamentada perguntas impertinentes formuladas pela defesa técnica em juízo.
C) Constrange a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo.
D) Determina a execução de patrulhamento preventivo em faixas arenosas de preservação ecológica.
E) Encaminha relatórios estatísticos ao Ministério Público acerca das prisões efetuadas em flagrante.

QUESTÃO 24 EP INÉDITA 2026

No âmbito da Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), o crime autônomo de descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência (art. 24-A) possui regramento processual próprio e taxativo quanto à liberdade provisória com fiança.
Na hipótese de prisão em flagrante pela prática desse crime:

A) O Delegado de Polícia tem atribuição privativa para arbitrar a fiança no plantão.
B) Apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança ao preso autuado em flagrante.
C) O delito é considerado de menor potencial ofensivo, admitindo transação penal nos termos da Lei nº 9.099/1995.
D) O restabelecimento da convivência consentida pela mulher ofendida extingue a punibilidade com efeitos retroativos.
E) A reprimenda cominada é estritamente pecuniária, sendo vedada a decretação de prisão preventiva.



QUESTÃO 25 EP INÉDITA 2026

Um guarda municipal de Tamandaré, durante seu período de folga e em trajes civis, caminha pela orla marítima e visualiza o exato instante em que um indivíduo, armado com uma faca de caça, derruba uma banhista e prepara-se para desferir um golpe fatal em direção ao tórax da vítima com o objetivo de subtrair-lhe os pertences. Diante do risco iminente de morte e da ausência de outro meio menos lesivo ao seu dispor, o guarda saca sua arma particular e efetua um disparo contra a perna do agressor, neutralizando o ataque e provocando-lhe ferimento leve.

Analisando a conduta do guarda sob a ótica da teoria analítica do delito no Código Penal Brasileiro:

A) Praticou fato formalmente típico, cuja ilicitude é afastada pela excludente da legítima defesa de terceiro (art. 25 do Código Penal).
B) Incorreu em excesso doloso pelo simples fato de encontrar-se fora de sua escala oficial de serviço.
C) Atuou em estado de necessidade putativo, remanescendo dever cível de indenizar o agressor alvejado.
D) Responderá por lesão corporal leve consumada, com extinção de punibilidade pelo arrependimento posterior.
E) Cometeu infração penal comissiva justificada unicamente por coação moral irresistível.

QUESTÃO 26 EP INÉDITA 2026

Um agente, impelido pelo firme propósito de tirar a vida de seu desafeto, ministra dose letal de veneno em seu copo de suco em um restaurante em Tamandaré. A vítima consome toda a bebida e cai ao chão apresentando insuficiência respiratória severa. Tomado de súbito arrependimento e desespero, o autor carrega a vítima até seu próprio automóvel e a conduz em alta velocidade ao pronto-socorro municipal, onde a equipe médica realiza lavagem gástrica e administra o antídoto em tempo hábil, evitando com sucesso o óbito e impedindo sequelas graves.

Conforme o art. 15 do Código Penal Brasileiro, o autor:

A) Responderá por tentativa de homicídio qualificado pelo emprego de veneno.
B) Beneficia-se do instituto do arrependimento eficaz, respondendo unicamente pelos atos já praticados (se estes constituírem crime autônomo).
C) Praticou crime impossível por ineficácia absoluta superveniente do veneno utilizado.
D) Enquadra-se no arrependimento posterior, com redução de um a dois terços da pena de homicídio tentado.
E) Responderá compulsoriamente por tentativa de latrocínio mitigada por perdão judicial.

QUESTÃO 27 EP INÉDITA 2026

Um servidor comissionado da Prefeitura de Tamandaré, sem o emprego de qualquer violência física ou grave ameaça contra pessoas, subtrai do almoxarifado de obras públicas quatro motosserras avaliadas em dez mil reais pertencentes ao patrimônio municipal. Cinco dias após a subtração e antes de instaurada qualquer sindicância administrativa ou inquérito policial, e antes do recebimento da denúncia judicial, tomado de remorso voluntário, comparece ao órgão e restitui a integralidade dos bens intactos à administração.

À luz do art. 16 do Código Penal (Arrependimento Posterior), assinale a opção correta:

A) A punibilidade do servidor fica extinta pelo perdão tácito do chefe do Poder Executivo municipal.
B) O fato passa a ser considerado penalmente atípico em virtude da falta superveniente de justa causa acusatória.
C) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa até o recebimento da denúncia por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
D) O magistrado sentenciante estará obrigado a converter a pena do crime patrimonial em advertência funcional.
E) O servidor responderá por apropriação indébita culposa com perdão judicial obrigatório em juízo.

QUESTÃO 28 EP INÉDITA 2026

No capítulo dos crimes contra a vida no Código Penal Brasileiro, o legislador estruturou circunstâncias qualificadoras expressas no art. 121, § 2º, que ampliam significativamente os limites punitivos abstratos no crime de homicídio doloso.

Assinale a alternativa que traz uma qualificadora do homicídio doloso em estrita conformidade com a legislação penal:

A) Cometer o delito impelido por motivo de relevante valor moral ou social reconhecido pelos jurados.
B) Matar alguém mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe.
C) Atuar o agente sob o domínio de violenta emoção logo em seguida a injusta provocação da vítima.
D) Causar a morte da vítima em virtude de erro técnico involuntário cometido na fase de triagem médica hospitalar.
E) Praticar o crime em concurso exclusivo de dois ou mais agentes inimputáveis menores de 14 anos de idade.

QUESTÃO 29 EP INÉDITA 2026

Um servidor municipal com atribuições de fiscalização de posturas em Tamandaré, durante uma vistoria de rotina em um quiosque na orla, constata que o estabelecimento está com o alvará de funcionamento vencido há duas semanas. De maneira direta, ríspida e imperativa, o agente exige do proprietário o pagamento imediato da quantia de R$ 500,00 (quinhentos reais) para deixar de lavrar o auto de infração e não lacrar o quiosque. O comerciante recusa-se a efetuar o pagamento indevido e denuncia o ato à Corregedoria.

Com base nas normas do Código Penal Brasileiro, a conduta do servidor público configura formalmente o crime de:

A) Prevaricação consumada por deixar de praticar ato de ofício motivado por sentimento pessoal.
B) Corrupção passiva tentada pelo fato de o servidor não ter logrado receber o valor pecuniário almejado.
C) Concussão (art. 316 do Código Penal), crime formal que se consuma no instante em que o agente exige a vantagem indevida em razão da função.
D) Peculato-desvio qualificado pelo exercício da função pública comissionada externa.
E) Advocacia administrativa qualificada pelo exercício de atividade fiscalizatória na orla marítima.

QUESTÃO 30 EP INÉDITA 2026

No âmbito dos crimes contra o patrimônio disciplinados pelo Código Penal Brasileiro, a distinção ontológica entre o crime de roubo próprio (art. 157, *caput*) e a figura do furto simples (art. 155, *caput*) reside essencialmente no meio de execução utilizado pelo autor da subtração.

O crime de roubo próprio consuma-se mediante a subtração de coisa alheia móvel para si ou para outrem, executada com:

A) Fraude tecnológica, invasão de dispositivo computacional e destreza manual.
B) Abuso de confiança originado de laços de parentesco civil preexistentes entre as partes envolvidas.
C) Dissimulação ardilosa em transação mercantil com vício de consentimento puramente cível.
D) Ocultação voluntária da coisa móvel em depósito clandestino sob custódia de terceiros de boa-fé.
E) Violência contra a pessoa ou grave ameaça, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

QUESTÃO 31 EP INÉDITA 2026
O Comandante da Guarda Municipal de Tamandaré que, tomando conhecimento formal, circunstanciado e documentado de que um guarda subordinado praticou grave infração disciplinar e delituosa durante o serviço operacional, deixa dolosamente, movido por compadrio, tolerância pessoal e condescendência (indulgência), de puni-lo administrativamente ou de levar o fato ao conhecimento da Corregedoria do órgão para a devida apuração, comete o crime de:

A) Condescendência criminosa (art. 320 do Código Penal).
B) Prevaricação dolosa comissiva qualificada por interesse de ordem financeira.
C) Corrupção passiva privilegiada na modalidade de aceitação tácita de benefício moral.
D) Usurpação de função pública qualificada pela omissão documental em relatório interno.
E) Falso testemunho funcional perante a comissão processante disciplinar permanente.



QUESTÃO 32 EP INÉDITA 2026
A República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, por postulados fundamentais consagrados no art. 4º da Constituição Federal de 1988, orientando a atuação do Estado soberano perante a comunidade das nações.
NÃO constitui princípio reitor das relações internacionais expressamente estabelecido na Carta Magna:

A) A prevalência dos direitos humanos e a independência nacional.
B) A autodeterminação dos povos e a não-intervenção.
C) A igualdade entre os Estados e a defesa da paz.
D) O repúdio ao terrorismo e ao racismo e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
E) A subjugação econômica forçada e a intervenção armada unilateral em países vizinhos para anexação territorial.

QUESTÃO 33 EP INÉDITA 2026
Por volta das 23h, agentes de segurança pública em Tamandaré, munidos de um mandado judicial de busca e apreensão expedido pelo juiz da comarca durante a tarde para apreender computadores de uma empresa investigada por ilícitos tributários, forçam a entrada na residência de veraneio do empresário, contra a vontade expressa deste, para cumprir a diligência.
Analisando a garantia da inviolabilidade do domicílio à luz do art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do STF:

A) A diligência noturna foi constitucional e regular, visto que a existência de mandado judicial autoriza a busca domiciliar a qualquer hora.
B) A diligência foi manifestamente inconstitucional e ilícita, pois o cumprimento de determinação judicial em domicílio sem o consentimento do morador só pode ocorrer durante o dia.
C) O ingresso foi válido, visto que imóveis de veraneio não se submetem à garantia fundamental do asilo inviolável.
D) A busca é convalidada se a autoridade policial ratificar o auto de apreensão no dia útil seguinte perante o juízo.
E) A inviolabilidade domiciliar cede à ordem judicial noturna se a diligência for acompanhada por membros do Ministério Público.

QUESTÃO 34 EP INÉDITA 2026
Um cidadão domiciliado em Tamandaré constata que o setor de arrecadação e posturas do Município incluiu anotações desabonadoras e faticamente inverídicas em seu prontuário cadastral público, impedindo-o de obter alvarás comerciais e licenças edilícias. Após formular requerimento administrativo para conhecer integralmente os dados constantes no banco de dados e pleitear a retificação das informações incorretas, seu pedido é expressamente indeferido de forma imotivada pela autoridade administrativa.
O remédio constitucional cabível para assegurar o conhecimento e a retificação dessas informações de caráter pessoal é o:

A) Mandado de Segurança Coletivo.
B) *Habeas Corpus* liberatório.
C) *Habeas Data* (art. 5º, inciso LXXII, da Constituição Federal de 1988).
D) Mandado de Injunção Individual.
E) Ação Popular ajuizada na Vara Cível comum.

QUESTÃO 35 EP INÉDITA 2026
O art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988 estabelece como regra republicana basilar que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.
Essa norma constitucional de observância cogente ressalva expressamente:

A) As nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
B) As contratações de servidores em cidades turísticas durante a alta temporada de veraneio por decreto do prefeito.
C) A ocupação de funções comissionadas por parentes consanguíneos do chefe do Poder Executivo municipal.
D) Os cargos das empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica.
E) A investidura inicial nas carreiras das guardas municipais criadas há menos de cinco anos.

QUESTÃO 36 EP INÉDITA 2026
No desenho da organização político-administrativa da Federação Brasileira (CF/88), a autonomia municipal é resguardada pela outorga de competências legislativas e materiais próprias.
Nos termos do art. 30, incisos I e II, da Carta Magna, compete especificamente aos Municípios:

A) Legislar privativamente sobre Direito Processual Penal, Marítimo e Aeronáutico.
B) Legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
C) Organizar e manter com exclusividade o Ministério Público do Trabalho e a Polícia Federal.
D) Emitir papel-moeda e conceder anistia de crimes políticos internacionais.
E) Fiscalizar o comércio exterior e autorizar a exploração de jazidas nucleares no território estadual.

QUESTÃO 37 EP INÉDITA 2026
No âmbito das garantias individuais e direitos fundamentais insculpidos no art. 5º da Carta Política de 1988, o legislador constituinte originário conferiu tratamento penal gravoso a determinadas infrações penais que afrontam a dignidade humana.
A esse respeito, a Constituição determina taxativamente que:

A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
B) O crime de racismo é afiançável mediante arbitramento pelo juiz de direito em audiência preliminar.
C) A prática da tortura é prescritível no prazo improrrogável de quatro anos a contar do fato delituoso.
D) A lei penal mais gravosa retroagirá sempre que houver relevante comoção pública nacional.
E) São admissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos se beneficiarem a acusação estatal.

QUESTÃO 38 EP INÉDITA 2026

A repartição de competências estabelecida no texto da Constituição Federal de 1988 disciplina as matérias reservadas à legislação privativa da União (art. 22) e concorrente entre União, Estados e DF (art. 24).

Assinale a alternativa que contempla matérias cuja competência legislativa privativa pertence à União:

A) Direito tributário, direito financeiro e direito urbanístico suplementar.
B) Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
C) Fixação de feriados puramente religiosos municipais e posturas edilícias locais.
D) Normas de zoneamento e ocupação do solo urbano intramunicipal.
E) Criação de taxas municipais de coleta de lixo e iluminação pública.



QUESTÃO 39 EP INÉDITA 2026

A conformação histórica, fundiária e cultural da Zona da Mata Sul de Pernambuco, espaço geográfico e regional no qual se localiza o município de Tamandaré, desenvolveu-se a partir do século XVI com a colonização portuguesa. A ocupação dos solos férteis de massapê e das bacias hidrográficas estuarinas esteve diretamente associada ao:

A) Ciclo socioeconômico da cana-de-açúcar, caracterizado pelo latifúndio monocultor, instalação de engenhos e utilização massiva de mão de obra escravizada indígena e africana.
B) Ciclo da mineração de prata e pedras preciosas em veios fluviais profundos no planalto central.
C) Estabelecimento de polos industriais de tecelagem e ferrovias têxteis mantidas por imigrantes germânicos.
D) Cultivo em larga escala de trigo e centeio para suprir as expedições de navegação do Rio da Prata.
E) Desenvolvimento de complexos petroquímicos e siderúrgicos pesados no início do período colonial.

QUESTÃO 40 EP INÉDITA 2026

A enseada e o ancoradouro natural de Tamandaré desempenharam relevante papel estratégico-militar durante os séculos coloniais, sobretudo no contexto das invasões holandesas promovidas pela Companhia das Índias Ocidentais no litoral de Pernambuco. Para guarnecer o porto natural contra invasores e prover a defesa costeira da capitania, a Coroa Portuguesa edificou no litoral o histórico e monumental:

A) Forte Orange, localizado no litoral norte de Pernambuco.
B) Forte de Santo Inácio de Loyola, erguido no século XVII para vigiar o porto natural e assegurar a defesa do litoral sul de Pernambuco.
C) Forte das Cinco Pontas, projetado no Recife como entreposto administrativo batavo.
D) Forte de São João Batista do Brum, voltado ao patrulhamento da Bacia do Rio Capibaribe.
E) Forte dos Reis Magos, marco militar defensivo da costa potiguar.

QUESTÃO 41 EP INÉDITA 2026

O município de Tamandaré abriga um ecossistema marinho-costeiro de singular valor ecológico e científico internacional. A Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, maior unidade de conservação federal marinha costeira do Brasil, engloba o litoral do município e tem como finalidade primordial:

A) Proibir de forma absoluta a visitação turística e as atividades tradicionais de pesca artesanal.
B) Permitir a exploração industrial mineral das areias de praia e a dragagem pesada na arrebentação dos arrecifes.
C) Conservar os recifes de corais, manguezais e a fauna marinha ameaçada (como o peixe-boi-marinho), ordenando o turismo sustentável e viabilizando a pesca artesanal de subsistência.
D) Autorizar a caça submarina predatória em piscinas naturais de recifes ao longo de todo o ano.
E) Transformar a faixa litorânea em área exclusiva de aterro hidráulico e construção de megacondomínios verticais fechados.

QUESTÃO 42 EP INÉDITA 2026

No que se refere ao quadro natural, geomorfológico e de vegetação de Tamandaré, a paisagem litorânea do município é constituída pela convergência harmoniosa de elementos físicos típicos da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Entre as formas de relevo e formações naturais predominantes na costa de Tamandaré, destacam-se:

A) As planícies litorâneas com cordões arenosos, praias, manguezais estuarinos e tabuleiros costeiros de baixas elevações, entremeados por remanescentes de Mata Atlântica.
B) Cadeias montanhosas abruptas com picos rochosos superiores a 2.500 metros e vegetação de tundra fria.
C) Depressões sertanejas com cânions secos e cobertura exclusiva de caatinga hiperxerófila de clima árido.
D) Planaltos basálticos de altitude com clima desértico costeiro e ausência de bacias fluviais perenes.
E) Dunas continentais móveis em regiões subpolares sem qualquer tipo de cobertura vegetal nativa.

QUESTÃO 43 EP INÉDITA 2026

O turismo sustentável, aliado aos setores de comércio e gastronomia, representa o esteio central da economia municipal de Tamandaré, gerando empregos e projetando a imagem do município em âmbito nacional e internacional. Entre os seus atrativos paisagísticos e históricos mais célebres, notabilizada por seus coqueirais preservados, águas mornas e cristalinas, piscinas naturais e pela secular Capela de São Benedito à beira-mar, figura a famosa:

A) Praia da Boa Viagem e sua orla verticalizada.
B) Praia de Piedade com suas falésias costeiras urbanas.
C) Praia dos Carneiros, icônico polo de atração turística e patrimônio histórico-ecológico de Tamandaré.
D) Praia de Maria Farinha no litoral setentrional pernambucano.
E) Praia de Tambaú localizada no litoral da Paraíba.

QUESTÃO 44 EP INÉDITA 2026

Na trajetória político-administrativa de Pernambuco, o território onde hoje se assenta Tamandaré figurou por décadas como um expressivo distrito costeiro antes de alcançar sua autonomia plena. A criação formal do Município de Tamandaré deu-se com a promulgação da Lei Estadual nº 11.514/1997, resultante do desmembramento territorial do município de:

A) Ipojuca.
B) Rio Formoso.
C) Sirinhaém.
D) Barreiros.
E) Cabo de Santo Agostinho.

QUESTÃO 45 EP INÉDITA 2026

Os estuários e as bacias hidrográficas que cortam o município de Tamandaré, com destaque para a Bacia do Rio Formoso e seus canais afluentes, alimentam amplas faixas de manguezais costeiros. A relevância ecológica e social desses manguezais decorre do fato de que eles:

A) Atuam como berçários naturais indispensáveis para a reprodução, abrigo e alimentação de crustáceos, moluscos e peixes marinhos, além de sustentarem a pesca artesanal da comunidade local.
B) São terrenos rochosos estéreis e secos destinados exclusivamente ao loteamento imobiliário industrial.
C) Constituem depósitos ácidos de sedimentos que inviabilizam a sobrevivência das espécies aquáticas locais.
D) Funcionam como valas artificiais escavadas para drenar e dessecar as faixas de areia das praias municipais.
E) Impedem a fixação biológica da fauna estuarina devido aos elevados índices de salinidade constante.



QUESTÃO 46 EP INÉDITA 2026
Um agente da Guarda Municipal de Tamandaré está trabalhando em uma estação com o sistema operacional Microsoft Windows 10/11 (em português) e finaliza o preenchimento de uma escala reservada de serviço. Convocado a atender a uma emergência na portaria do destacamento, ele precisa bloquear a tela do computador instantaneamente sem encerrar os programas e janelas em execução.
O atalho de teclado oficial para bloquear imediatamente a sessão é:
A) Ctrl + Shift + Esc
B) Windows + L
C) Alt + F4
D) Windows + D
E) Ctrl + Alt + Tab

QUESTÃO 47 EP INÉDITA 2026
No aplicativo Microsoft Word (versão padrão em português), um servidor da corporação necessita aplicar em um parecer técnico um alinhamento que distribua as linhas do texto uniformemente entre as margens laterais esquerda e direita, produzindo margens alinhadas e homogêneas em todo o parágrafo selecionado.
A ferramenta e o atalho de teclado correspondentes são:
A) Alinhar à Esquerda (Ctrl + Q).
B) Centralizar (Ctrl + E).
C) Alinhar à Direita (Ctrl + G).
D) Justificar (Ctrl + J).
E) Espaçamento Duplo de Parágrafo (Ctrl + 2).

QUESTÃO 48 EP INÉDITA 2026
O setor de informática de um órgão da administração municipal identifica que os arquivos de sua rede interna foram infectados por um código malicioso (*malware*) que cifrou os bancos de dados por criptografia assimétrica forte, gerando uma mensagem com instruções para pagamento em moeda virtual a fim de fornecer a chave de decifração dos arquivos sequestrados.
Esse tipo específico de ameaça à segurança da informação é classificado como:
A) Spyware invisível de adware comercial.
B) Keylogger de monitoramento de teclas digitadas.
C) Ransomware.
D) Trojan bancário de captura de credenciais web.
E) Worm de sobrecarga de memória volátil.

QUESTÃO 49 EP INÉDITA 2026
Uma planilha eletrônica elaborada no Microsoft Excel (em português) consolida na coluna A, nas células de A1 até A10, a quantidade diária de ocorrências preventivas registradas pela Guarda Municipal de Tamandaré nos primeiros dez dias de fiscalização especial.
Para calcular e exibir em uma célula a média aritmética desse intervalo de dez dias, a função correta a ser digitada é:
A) =SOMA(A1:A10)/CONTAR(A1:A10)
B) =MEDIANAMÉDIA(A1..A10)
C) =CALCULAR.MED(A1:A10)
D) =MÉDIA(A1:A10)
E) =TOTAL.MÉDIO(A1+A10)/10

QUESTÃO 50 EP INÉDITA 2026
No ambiente das tecnologias da informação nos órgãos públicos, as instituições implementam redes privativas corporativas (Intranets) para viabilizar a comunicação segura e o compartilhamento de dados entre secretarias municipais.
Em relação às semelhanças e distinções conceituais entre Internet e Intranet, assinale a opção correta:
A) A Intranet é uma rede privada, com acesso restrito aos servidores e usuários autorizados de uma instituição, que opera com as mesmas tecnologias, padrões e protocolos de comunicação da Internet (como o protocolo TCP/IP e os serviços HTTP e FTP).
B) A Intranet é uma rede global de computadores aberta indistintamente ao acesso do público geral sem controle de permissão.
C) A Internet fundamenta-se em protocolos fechados que não admitem o tráfego de páginas web ou envio de mensagens de correio eletrônico.
D) A Intranet proíbe o compartilhamento de arquivos digitais e o acesso a bancos de dados de sistemas de segurança.
E) As conexões em Intranet são totalmente imunes a invasões externas, tornando desnecessária a utilização de senhas ou firewalls.



Texto de Apoio para as questões 51 a 55:
A Hermenêutica da Ordem Cidadã e a Salvaguarda dos Biomas Costeiros

A evolução dos postulados político-filosóficos que informam o Direito contemporâneo consolidou a premissa irrevogável de que a segurança pública não pode permanecer circunscrita a um prisma puramente repressivo, armado e reativo. No âmbito do Estado Democrático de Direito, a segurança cidadã emerge como um paradigma civilizatório integrador e humanista, cujo núcleo axiológico inegociável repousa sobre a salvaguarda da dignidade da pessoa humana, a tutela intransigente dos direitos fundamentais e o cultivo contínuo da coexistência pacífica. Sob esse influxo doutrinário, os espaços públicos urbanos e as orlas marítimas desvencilham-se da anacrônica condição de palcos de vigilância punitiva para se afirmarem como territórios consagrados da fruição coletiva, do livre trânsito e do exercício pleno da cidadania.

Em municípios que reúnem singular estratificação histórica e um ecossistema costeiro de notável vulnerabilidade, a exemplo de Tamandaré na Zona da Mata Sul pernambucana, a atuação da Guarda Municipal assume um relevo institucional que transcende as matrizes tradicionais de patrulhamento. A preservação de um bioma litorâneo ímpar — adornado por extensos recifes coralíneos, estuários de manguezais, faixas arenosas de desova e um acervo arquitetônico secular que testemunhou as eras canavieira e colonial — não representa mera conveniência administrativa; consubstancia, com efeito, um dever ético intergeracional voltado à integridade ecológica das futuras gerações e à sustentabilidade das comunidades pesqueiras tradicionais.

O policiamento comunitário e preventivo, alicerçado no diálogo perene com a sociedade e na atuação integrada com os órgãos ambientais e sanitários, materializa a verdadeira essência da autoridade pública democrática. Ao patrulhar os logradouros com rigor técnico, civilidade e estrita obediência ao princípio da legalidade, a corporação municipal desfaz a vetusta e falaciosa antinomia entre ordem e liberdade individual. A construção de uma comunidade harmoniosa, segura e sustentável não brota de rompantes autoritários ou de ações espasmódicas; consolida-se, **portanto**, por meio do compromisso perene com a dignidade social, da proteção vigilante de nosso patrimônio natural e da afirmação cotidiana da justiça distributiva.

QUESTÃO 51 EP INÉDITA 2026

Em estrita conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa e as regras oficiais de acentuação gráfica vigentes, assinale a alternativa em que todos os vocábulos retirados do texto ou a ele correlatos são acentuados pela mesma regra que justifica o acento de **"axiológico"** e **"ecológico"**:

A) Litorâneo, patrimônio, território.
B) Histórico, dinâmico, democrático.
C) Pautada, sustentável, também.
D) Municípios, extraordinário, além.
E) Caráter, amável, fácil.

QUESTÃO 52 EP INÉDITA 2026

Considerando as normas gramaticais relativas à regência verbal e nominal e o correto emprego do sinal indicativo de crase prescritos pela norma culta, assinale a alternativa redigida em estrita conformidade gramatical:

A) A patrulha da Guarda Municipal obedeceu os regulamentos e dirigiu-se à praia para fiscalizar as embarcações.
B) O comandante da corporação visava ao aprimoramento contínuo dos agentes e compareceu à cerimônia de formatura operacional.
C) Os agentes de segurança informaram aos banhistas de que a área dos corais estava interditada à partir das 17h.
D) As equipes de resgate assistiram os turistas náufragos e prestaram socorro à Sua Excelência o Secretário.
E) O supervisor recusou-se à assinar o relatório técnico elaborado passo à passo pelos instrutores.

QUESTÃO 53 EP INÉDITA 2026

No que concerne às regras de concordância verbal e nominal estabelecidas pela norma-padrão da língua portuguesa, assinale a afirmativa inteiramente correta:

A) Haviam dezenas de veículos irregulares estacionados na faixa de preservação da praia durante o feriado.
B) Fazem mais de dez anos que os investimentos na Guarda Municipal de Tamandaré foram iniciados pelo Poder Executivo.
C) As vistorias preventivas realizadas na orla foram consideradas bastantes proveitosas pelos coordenadores de trânsito.
D) Tratam-se de ocorrências complexas registradas pela equipe do destacamento litorâneo na última madrugada.
E) Segue anexo aos relatórios oficiais as planilhas de patrulhamento da escala extraordinária.

QUESTÃO 54 EP INÉDITA 2026

No que diz respeito à análise sintática da oração e do período, examine a estrutura do fragmento a seguir, extraído do texto de apoio: *"O policiamento comunitário e preventivo materializa a verdadeira essência da autoridade pública democrática."*

No fragmento acima, o segmento **"a verdadeira essência da autoridade pública democrática"** desempenha a função sintática de:

A) Sujeito paciente da oração em voz passiva analítica.
B) Complemento nominal regido por substantivo abstrato.
C) Objeto indireto preposicionado por verbo transitivo indireto.
D) Objeto direto exigido pelo verbo transitivo direto "materializa".
E) Agente da passiva com elipse do pronome relativo.

QUESTÃO 55

No encerramento do terceiro parágrafo do texto de apoio, observe o emprego do conectivo destacado:

*"A construção de uma comunidade harmoniosa, segura e sustentável não brota de rompantes autoritários ou de ações espasmódicas; consolida-se, **portanto**, por meio do compromisso perene com a dignidade social, da proteção vigilante de nosso patrimônio natural e da afirmação cotidiana da justiça distributiva."*

O vocábulo destacado **"portanto"** introduz no período uma relação lógico-semântica de:

A) Oposição e quebra de expectativa em relação ao enunciado anterior.
B) Causa e justificativa imediata da premissa anterior.
C) Condição subordinada a um evento futuro e hipotético.
D) Proporcionalidade temporal cumulativa entre as ações descritas.
E) Conclusão e dedução lógica em relação aos argumentos articulados no desenvolvimento textual.



QUESTÃO 56 EP INÉDITA 2026

Considere a proposição composta: *"Se o concurso da Guarda Municipal é concluído e o curso de formação é homologado, então os novos servidores são nomeados para o destacamento de Tamandaré."*

A negação lógica dessa proposição condicional é formalmente expressa por:

A) Se o concurso da Guarda Municipal não é concluído ou o curso não é homologado, então os novos servidores não são nomeados.
B) O concurso da Guarda Municipal não é concluído ou o curso não é homologado, e os novos servidores são nomeados.
C) O concurso da Guarda Municipal é concluído, o curso de formação é homologado e os novos servidores não são nomeados para o destacamento de Tamandaré.
D) Se os novos servidores são nomeados para o destacamento de Tamandaré, então o concurso foi concluído e o curso foi homologado.
E) O concurso não é concluído e o curso é homologado, ou os novos servidores são nomeados.

QUESTÃO 57 EP INÉDITA 2026

Considere a proposição com quantificador universal afirmativo: *"Todos os agentes da Guarda Municipal de Tamandaré foram aprovados no teste de tiro e defesa tática."*

A negação lógica dessa afirmação universal afirmativa é dada por:

A) Nenhum agente da Guarda Municipal de Tamandaré foi aprovado no teste de tiro e defesa tática.
B) Pelo menos um agente da Guarda Municipal de Tamandaré não foi aprovado no teste de tiro e defesa tática.
C) Todos os agentes da Guarda Municipal de Tamandaré foram reprovados no teste de tiro.
D) Apenas os agentes que pilotam quadriciclos foram aprovados com distinção no teste de tiro.
E) Nenhum instrutor municipal compareceu ao estande de tiro na data agendada.

QUESTÃO 58 EP INÉDITA 2026

O comando da Guarda Municipal de Tamandaré necessita selecionar 3 agentes dentre 8 disponíveis para compor uma patrulha extraordinária com quadriciclos na Praia dos Carneiros. Sabendo que a ordem de seleção dos guardas não altera a formação da equipe, o número total de equipes distintas que podem ser formadas é igual a:

A) 24.
B) 48.
C) 56.
D) 120.
E) 336.

QUESTÃO 59 EP INÉDITA 2026

Em uma caixa no setor de logística da corporação há 20 rádios transmissores portáteis idênticos externamente, dos quais exatamente 4 apresentam avaria na antena transmissora e não devem ser levados a campo. Se um guarda municipal retira aleatoriamente um desses rádios transmissores da caixa para o serviço de patrulhamento da orla, a probabilidade de o aparelho sorteado NÃO apresentar avaria é de:

A) 1/5.
B) 4/5.
C) 1/20.
D) 3/10.
E) 1/4.

QUESTÃO 60 EP INÉDITA 2026

Considere verdadeiras as três afirmações a seguir em um raciocínio lógico dedutivo formal:

1. *Se o vendaval ultrapassa a velocidade de segurança, as navegações aos arrecifes são interditadas.*
2. *Se as navegações aos arrecifes são interditadas, os operadores de lancha comparecem à capitania dos portos.*
3. *Os operadores de lancha NÃO compareceram à capitania dos portos.*

A partir dessas premissas, conclui-se logicamente de forma necessária e válida que:

A) O vendaval ultrapassou a velocidade de segurança e as lanchas foram multadas.
B) As navegações aos arrecifes foram interditadas pelos fiscais da capitania.
C) O vendaval não ultrapassou a velocidade de segurança e as navegações aos arrecifes não foram interditadas.
D) O vendaval ultrapassou a velocidade de segurança, mas os turistas navegaram por conta própria.
E) Os operadores de lancha fecharam o porto municipal em protesto.

SIMULADÃO PRESENCIAL EP

GUARDA MUNICIPAL



CONFIRA RESULTADO ATÉ 12/11

PREFEITURA DE TAMANDARÉ-PE

APOIO:

Prefeito Carrapicho
Vice prefeito Irmão Valdi

Vereador Nino Oliveira
O amigo de sempre

CONCURSO PÚBLICO – GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE TAMANDARÉ/PE

GABARITOS COMENTADOS – RESOLUÇÃO OFICIAL E FUNDAMENTADA

Nível Médio • Padrão Oficial de Correção e Fundamentação Jurídica • Simulado Técnico

Legislação em Segurança Pública

Questão 01 **Alternativa A** O art. 3º, inciso I, da Lei Federal nº 13.022/2014 estabelece a proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas como princípio mínimo de atuação da guarda municipal.

Questão 02 **Alternativa A** O art. 9º, § 1º, inciso VII, da Lei Federal nº 13.675/2018 (SUSP) insere expressamente as Guardas Municipais como integrantes operacionais estratégicos do sistema único de segurança pública.

Questão 03 **Alternativa B** O Certificado de Registro (CRAF) emitido pela Polícia Federal pelo Sinarm autoriza a posse restrita ao domicílio ou local de trabalho do titular; transportá-la em veículo sem a autorização formal de porte configura o crime do art. 14 da Lei nº 10.826/2003.

Questão 04 **Alternativa D** O art. 28 da Lei nº 11.343/2006 despenalizou o consumo pessoal, prevendo advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, sem cominar pena de prisão.

Questão 05 **Alternativa C** Conforme redação conferida pela Lei nº 13.964/2019 ao art. 1º, inciso IX, da Lei nº 8.072/1990, o furto qualificado pelo emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum é formalmente crime hediondo.

Questão 06 **Alternativa A** O art. 5º, inciso VI, da Lei nº 13.022/2014 estabelece como competência específica da guarda exercer competências de trânsito que lhes forem conferidas pelo CTB ou de forma concorrente mediante convênio.

Questão 07 **Alternativa A** Art. 15 da Lei nº 10.826/2003: tipificação do crime de disparo de arma de fogo em lugar habitado ou em suas adjacências, punido com reclusão de 2 a 4 anos e multa.

Questão 08 **Alternativa B** Trata-se dos requisitos cumulativos do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006 (primariedade, bons antecedentes, ausência de dedicação a atividades criminosas e de integração a organização criminosa).

Questão 09 **Alternativa A** O art. 13, inciso I, da Lei nº 13.022/2014 estabelece a Corregedoria como órgão de controle interno autônomo nas guardas municipais com mais de 50 servidores e em todas as que utilizam armas de fogo.

Questão 10 **Alternativa B** O Plenário do STF declarou inconstitucional a obrigatoriedade do regime inicial fechado abstrato para crimes hediondos (HC 111.840), assegurando a individualização da pena e a progressão de regimes nos termos da execução penal.

Questão 11 **Alternativa B** O art. 22 da Lei nº 13.675/2018 consagra a padronização e interoperabilidade de sistemas de dados entre todas as esferas federativas por meio do Sinesp.

Questão 12 **Alternativa B** O art. 19 da Lei Federal nº 13.022/2014 veda expressamente a utilização de postos, graduações, condecorações e denominações idênticas às das Forças Armadas e forças militares estaduais.

Legislação Extravagante

Questão 13 **Alternativa A** O art. 1º, § 1º, da Lei nº 13.869/2019 exige dolo específico de prejudicar outrem, beneficiar a si mesmo ou terceiro, ou agir por mero capricho ou satisfação pessoal para tipificação do abuso de autoridade.

Questão 14 **Alternativa A** Tipificação expressa do art. 7º, inciso IV, da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) caracterizando a violência patrimonial contra a mulher.

Questão 15 **Alternativa B** O art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.455/1997 estabelece o crime autônomo de tortura por omissão com pena de detenção de 1 a 4 anos para quem tinha o dever de evitar ou apurar o delito e se omite dolosamente.

Questão 16 **Alternativa D** O art. 243 da Lei nº 8.069/1990 (ECA) tipifica o fornecimento ou entrega de bebida alcoólica a criança ou adolescente como crime punido com detenção de 2 a 4 anos e multa.

Questão 17 **Alternativa B** A Lei nº 7.716/1989 e o art. 5º, XLII, da CF/88 consagram o crime de racismo como inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão com ação pública incondicionada.

Questão 18 **Alternativa C** Conforme o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.869/2019, a perda do cargo ou a inabilitação dependem de reincidência específica em crime de abuso de autoridade e devem ser expressamente motivadas na sentença.

Questão 19 **Alternativa B** O art. 22, incisos I e II, da Lei nº 11.340/2006 estabelece a suspensão da posse/porte de armas e o afastamento do lar como medidas protetivas de urgência imediatas.

Questão 20 **Alternativa D** Conforme prescreve o art. 1º, § 5º, da Lei nº 9.455/1997, a condenação de servidor público por tortura acarreta a perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Questão 21 **Alternativa A** Art. 230 do ECA: apreensão ilegal de criança ou adolescente sem flagrante de ato infracional ou sem ordem judicial escrita fundamentada é crime apenado com detenção de 6 meses a 2 anos.

Questão 22 **Alternativa A** Art. 6º da Lei nº 7.716/1989: recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado por motivo racial acarreta pena de reclusão de 3 a 5 anos.

Questão 23 **Alternativa C** O art. 15, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.869/2019 equipara ao abuso de autoridade constranger a depor pessoa que deva guardar segredo profissional ou funcional sob ameaça de prisão.

Questão 24 **Alternativa B** O art. 24-A, § 2º, da Lei Maria da Penha (acrescentado pela Lei nº 13.641/2018) estipula que a fiança pelo descumprimento de medidas protetivas somente pode ser concedida pela autoridade judicial competente.

Direito Penal

Questão 25 **Alternativa A** O art. 25 do Código Penal disciplina que o agente que repele agressão injusta, atual ou iminente, a direito próprio ou alheio, usando moderadamente dos meios necessários, atua em legítima defesa, excludente que afasta a ilicitude do fato.

Questão 26 **Alternativa B** O art. 15 do Código Penal define o arrependimento eficaz: o agente que conclui os atos executórios, mas voluntariamente impede que o resultado letal se produza, responde unicamente pelos atos pretéritos praticados.

Questão 27 **Alternativa C** Conforme o art. 16 do Código Penal, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa até o recebimento da denúncia por ato voluntário, a pena será reduzida de um a dois terços.

Questão 28 **Alternativa B** O art. 121, § 2º, inciso I, do Código Penal elenca a prática do homicídio mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe, como circunstância qualificadora.

Questão 29 **Alternativa C** O crime de concussão (art. 316 do CP) possui como núcleo o verbo "exigir" vantagem indevida em razão do cargo, consumando-se formalmente no instante da imposição da exigência da vantagem indevida, independentemente do recebimento do valor.

Questão 30 **Alternativa E** O núcleo tipificador do roubo (art. 157, *caput*, do CP) reside na subtração patrimonial acompanhada de violência física contra a pessoa, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência.

Questão 31 **Alternativa A** Art. 320 do Código Penal: tipificação do crime de condescendência criminosa (deixar o funcionário público, por indulgência, de responsabilizar subordinado infrator ou de levar o fato à autoridade competente).

Direito Constitucional

Questão 32 **Alternativa E** O art. 4º da Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios da não-intervenção, autodeterminação dos povos, defesa da paz e repúdio ao racismo, sendo a intervenção unilateral armada com fins de anexação contrária à Carta Magna.

Questão 33 **Alternativa B** O art. 5º, inciso XI, da CF/88 estabelece que o domicílio é asilo inviolável, permitindo o ingresso por determinação judicial exclusivamente durante o dia.

Questão 34 **Alternativa C** O *Habeas Data* (art. 5º, inciso LXXII, da CF/88) é o remédio constitucional vocacionado a assegurar o conhecimento e a retificação de informações relativas à pessoa do impetrante em registros governamentais ou de caráter público.

Questão 35 **Alternativa A** O art. 37, inciso II, da Constituição Federal consagra a aprovação prévia em concurso público como regra geral, ressalvando as nomeações para cargos em comissão de livre nomeação e exoneração.

Questão 36 **Alternativa B** O art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal outorga aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Questão 37 **Alternativa A** O art. 5º, inciso XLII, da CF/88 estabelece que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

Questão 38 **Alternativa B** O art. 22, inciso I, da Constituição Federal disciplina que compete privativamente à União legislar sobre Direito Civil, Comercial, Penal, Processual, Eleitoral, Agrário, Marítimo, Aeronáutico, Espacial e do Trabalho.

História e Geografia de Tamandaré - PE

Questão 39 **Alternativa A** A formação histórica e territorial de Tamandaré esteve atrelada à expansão da economia canavieira, latifúndios monocultores, presença de grandes engenhos e utilização da mão de obra escravizada indígena e africana na Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Questão 40 **Alternativa B** O Forte de Santo Inácio de Loyola (século XVII) foi edificado estrategicamente

pela Coroa Portuguesa para a guarda da baía e ancoradouro natural de Tamandaré contra invasões e incursões marítimas.

Questão 41 **Alternativa C** A APA Costa dos Corais é uma unidade de conservação federal criada para salvaguardar os recifes, corais, manguezais e a fauna marinha ameaçada, conciliando proteção ambiental com turismo sustentável e pesca artesanal.

Questão 42 **Alternativa A** A geomorfologia litorânea de Tamandaré abrange planícies marinhas costeiras, restingas, recifes de arenito, manguezais estuarinos e tabuleiros costeiros de baixas elevações da Zona da Mata Sul.

Questão 43 **Alternativa C** A Praia dos Carneiros, internacionalmente conhecida por suas piscinas de arrecifes, coqueirais e a histórica Capela de São Benedito, integra o patrimônio ambiental e turístico de Tamandaré.

Questão 44 **Alternativa B** Tamandaré emancipou-se politicamente em 1997 com base na Lei Estadual nº 11.514, desmembrando-se formalmente do município de Rio Formoso.

Questão 45 **Alternativa A** Os manguezais presentes nos estuários dos rios que cortam o município de Tamandaré exercem papel ecológico essencial, atuando como berçários naturais para a reprodução, abrigo e alimentação de inúmeras espécies marinhas e de crustáceos.

Informática

Questão 46 **Alternativa B** No ambiente Windows padrão em português, a combinação de teclas **Windows + L** (*Lock*) bloqueia imediatamente a sessão de trabalho do usuário sem fechar aplicativos.

Questão 47 **Alternativa D** No Microsoft Word em português, o comando para alinhar o texto uniformemente entre as margens laterais é o alinhamento Justificar, acessado pelo atalho **Ctrl + J**.

Questão 48 **Alternativa C** O *ransomware* é o código malicioso projetado para criptografar arquivos institucionais e extorquir resgates financeiros para liberar a chave de decifração.

Questão 49 **Alternativa D** No Microsoft Excel em português, a fórmula padrão para o cálculo da média aritmética é `=MÉDIA(intervalo)`.

Questão 50 **Alternativa A** A Intranet é uma rede privada corporativa restrita que emprega as mesmas tecnologias e protocolos da Internet (pilha TCP/IP, HTTP, FTP).

Língua Portuguesa

Questão 51 **Alternativa B** As palavras “axiológico”, “ecológico”, “histórico”, “dinâmico” e “democrático” são todas vocábulos proparoxítonos, cuja acentuação gráfica é justificada pela regra de que todas as palavras proparoxítonas devem ser acentuadas.

Questão 52 **Alternativa B** O verbo “visar” (no sentido de almejar) é transitivo indireto com preposição “a” (“visava ao aprimoramento”) e o verbo “comparecer” exige preposição “a”, que se funde com o artigo feminino de “a cerimônia”, gerando crase legítima (“compareceu à cerimônia”).

Questão 53 **Alternativa C** A palavra “bastante” atua como pronome indefinido adjetivo flexionado no plural (“bastantes medidas”), e quando empregada no predicativo concordando com o substantivo no plural (“foram consideradas bastantes proveitosas”) preserva a correção gramatical da norma culta.

Questão 54 **Alternativa D** O verbo “materializar” é transitivo direto e exige complemento sem preposição obrigatória: “a verdadeira essência...” é o objeto direto da oração.

Questão 55 **Alternativa E** O vocábulo “portanto” é uma conjunção conclusiva que encerra uma dedução lógica em relação aos argumentos articulados no desenvolvimento textual.

Raciocínio Lógico

Questão 56 **Alternativa C** A negação de uma condicional da forma $(P \wedge Q) \rightarrow R$ é obtida pela regra do “MANÉ”: mantém o antecedente $(P \wedge Q)$ e nega o consequente $\neg R$, resultando rigorosamente na proposição composta:

$$(P \wedge Q) \wedge \neg R$$

Questão 57 **Alternativa B** A negação lógica de uma proposição categórica universal afirmativa (“Todo A é B”) é a particular negativa: “Pelo menos um A não é B” (ou “Existe algum A que não é B”).

Questão 58 **Alternativa C** Combinação simples de 8 elementos tomados 3 a 3:

$$C(8,3) = \frac{8 \times 7 \times 6}{3 \times 2 \times 1} = \frac{336}{6} = 56$$

Questão 59 **Alternativa B** Rádios operacionais sem avaria: $20 - 4 = 16$. A probabilidade de sorteio resulta em:

$$P = \frac{16}{20} = \frac{4}{5} = 80\%$$

Questão 60 **Alternativa C** Da premissa 3 ($\neg O$: operadores não compareceram), aplicando *Modus Tollens* na premissa 2 ($I \rightarrow O$), conclui-se que as navegações não foram interditadas ($\neg I$). Da premissa 1 ($V \rightarrow I$), aplicando novamente *Modus Tollens* com $\neg I$, conclui-se que o vendaval não ultrapassou a velocidade de segurança ($\neg V$).

Logo: *o vendaval não ultrapassou a velocidade de segurança e as navegações aos arrecifes não foram interditadas*.